



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	PEDAGOGIA (580/I-PR)
Disciplina	2435/I - POLITICAS EDUCACIONAIS
Turma	PEN/PR

Carga Horária: 68

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Relação Estado brasileiro, sociedade civil e políticas públicas no Brasil. Intervenção dos organismos multilaterais na educação brasileira. Federalismo e o regime de cooperação. Legislação e organização da educação básica no Brasil. Estatuto da Criança e Adolescente. Políticas de valorização docente. Aspectos gerais sobre o financiamento da Educação Básica no Brasil. A estrutura e o funcionamento da Educação Básica no Paraná.

I. Objetivos

Objetivos:

- Identificar a relação entre Estado, sociedade civil e a produção das Políticas públicas.
- Conhecer as bases legais e diretrizes atuais da organização e do funcionamento da Educação Básica no Brasil;
- Identificar como se dá a intervenção dos organismos multilaterais na definição das políticas educacionais na contemporaneidade;
- Conhecer as formas de financiamento da educação básica no Brasil e o sistema de Federação;
- Problematizar as políticas de valorização docente;
- Direito à Educação como Política pública.

II. Programa

Conteúdos:

Unidade 1

A elaboração e implementação das Políticas educacionais: interface entre o Estado e Políticas Educacionais;

- As interferências dos organismos internacionais nas políticas educacionais na atualidade;
- Reformas empresariais da educação em curso no Brasil.

Unidade 2

- Aspectos legais da educação básica do Brasil: em destaque o federalismo e o regime de colaboração;
- Constituição de 1988, LDB 9393/96 e BNCC;
- Níveis e modalidades de Educação Básica;
- Federalismo e gestão dos sistemas de ensino no Brasil;
- A Estrutura da Educação no PR; sistema, dispositivos legais e organização estadual de ensino.
- Estatuto da Criança e Adolescente.

Unidade 3

- Financiamento da Educação Básica;
- A responsabilidade de cada esfera no sistema federativo
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)
- Programas Federais
- Políticas de valorização docente: aspectos legais sobre a carreira docente (BNCC Formação); condições de trabalho, remuneração, e formação inicial e continuada.

III. Metodologia de Ensino

Metodologia:

A disciplina será organizada por unidades conforme o programa da disciplina, para cada unidade será disponibilizado um texto base e materiais complementares aos estudantes. As aulas serão ministradas através de aula expositiva e dialogada com apoio de textos, slides ou quadro de giz, exigindo do aluno a leitura prévia dos materiais. Em cada unidade será realizada duas atividades de síntese (produção oral ou escrita), de cunho avaliativo e ao final de cada semestre será realizada uma prova escrita com objetivo de avaliar a aprendizagem do conteúdo. Para os alunos que não atingirem a média será oportunizado uma Atividade escrita de recuperação.

IV. Formas de Avaliação

Avaliação:

Os estudantes serão avaliados pela participação, produção, compreensão e clareza das ideias nas atividades avaliativas propostas para cada unidade da disciplina. Além de duas atividades de síntese (produção oral ou escrita), de cunho avaliativo, ao final de cada semestre será realizada uma prova escrita com objetivo de avaliar a aprendizagem do conteúdo. Para os alunos que não atingirem a média será oportunizada uma atividade escrita de recuperação ao final de cada semestre (em formato de prova escrita).

V. Bibliografia

Básica

- AMARAL, Nelso Cardoso. Para Compreender o Financiamento da Educação Básica no Brasil. Liber Livro, 2012.
ARAÚJO, Gilda Cardoso. Estado, política educacional e o direito a educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". Educar em

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	PEDAGOGIA (580/I-PR)
Disciplina	2435/I - POLITICAS EDUCACIONAIS
Turma	PEN/PR

Carga Horária: 68

PLANO DE ENSINO

Revista, Curitiba, Brasil, n.39, p.279-292, jan/abr, 2011: editora UFPR.

ARAUJO, Gilda Cardoso. Federalismo e políticas educacionais no Brasil: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 787-802, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PnvpkHJgRr7P4TnsyC6Sb4Q/abstract/?lang=pt>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9394/96. LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 02, de 22 de dezembro de 2017a. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017. Disponível:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

COSTA, A. C. O regime de colaboração entre a União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. RBPAAE, v. 26, n. 1, p.105-121, 2010. Disponível em
<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19685/11468>

FLACH, Simone de Fátima. Planos de carreira e remuneração do magistério em municípios paranaenses: dados sobre existência, atualização e transparência (no prelo), 2017

FREITAS, Luiz Carlos. A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias. São Paulo: editora expressão popular, 2018.

GIARETA, Paulo Fioravante. Fundamentos político-pedagógicos da BNCC: considerações sobre o Estado educador e a produção de hegemonia. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 6, p. 1-17, 2021.

LIBÂNEO, J.C. e outros. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Michelle Fernandes; MASSON, Gisele Masson; FONSECA, Machado, ARTUR Lourival da Fonseca. Vencimentos dos professores das redes municipais das mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental do Paraná. RBPAAE - v. 34, n. 3, p. 865 - 885, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/81553/51694>

MASSON, G. A valorização dos professores e a educação básica nos Estados. Retratos da Escola, v. 10, n. 18, 2016.

MOURA, J. S. et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 19, n. 40, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>.

OLIVEIRA, D. A. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. Retratos da Escola, Brasília, CNTE, v. 10, n. 518, 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/654>. Acesso em: 30 set. 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes (org.) A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/9930/2/bancoMundial_vweb.pdf

SILVA, D. O. V.; NUNES, C. P. Políticas públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1131-1156, maio 2021. e-ISSN: 1982-5587.

SOCORRO, P. E. V.; SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. Políticas públicas educativas na América Latina. Revista Educação Em Questão, v. 55, n. 45, p. 12-41, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12743>

SOUZA, Angelo Ricardo; GOUVEA, Andréa Barbosa e TAVARES Taís Moura. Políticas Educacionais: Conceitos e Debates. Editora Appirus, 2016.

Complementar

AMARAL, Nelso Cardoso. Para Compreender o Financiamento da Educação Básica no Brasil. Liber Livro, 2012.

ARAUJO, Gilda Cardoso. Estado, política educacional e o direito a educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n.39, p.279-292, jan/abr, 2011: editora UFPR.

ARAUJO, Gilda Cardoso. Federalismo e políticas educacionais no Brasil: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 787-802, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PnvpkHJgRr7P4TnsyC6Sb4Q/abstract/?lang=pt>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9394/96. LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 02, de 22 de dezembro de 2017a. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017. Disponível:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

COSTA, A. C. O regime de colaboração entre a União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. RBPAAE, v. 26, n. 1, p.105-121, 2010. Disponível em
<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19685/11468>

FLACH, Simone de Fátima. Planos de carreira e remuneração do magistério em municípios paranaenses: dados sobre existência, atualização e transparência (no prelo), 2017

FREITAS, Luiz Carlos. A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias. São Paulo: editora expressão popular, 2018.

GIARETA, Paulo Fioravante. Fundamentos político-pedagógicos da BNCC: considerações sobre o Estado educador e a produção de hegemonia. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 6, p. 1-17, 2021.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023	
Tp. Período	Anual	
Curso	PEDAGOGIA (580/I-PR)	
Disciplina	2435/I - POLITICAS EDUCACIONAIS	Carga Horária: 68
Turma	PEN/PR	

PLANO DE ENSINO

LIMA, Michelle Fernandes; MASSON, Gisele Masson; FONSECA, Machado, ARTUR Lourival da Fonseca. Vencimentos dos professores das redes municipais das mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental do Paraná. RBPAAE - v. 34, n. 3, p. 865 - 885, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/81553/51694>

MASSON, G. A valorização dos professores e a educação básica nos Estados. Retratos da Escola, v. 10, n. 18, 2016.

MOURA, J. S. et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 19, n. 40, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>.

OLIVEIRA, D. A. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. Retratos da Escola, Brasília, CNTE, v. 10, n. 518, 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/654>. Acesso em: 30 set. 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes (org.) A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/9930/2/bancoMundial_yweb.pdf

SILVA, D. O. V.; NUNES, C. P. Políticas públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1131-1156, maio 2021. e-ISSN: 1982-5587.

SOCORRO, P. E. V.; SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. Políticas públicas educativas na América Latina. Revista Educação Em Questão, v. 55, n. 45, p. 12-41, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12743>

SOUZA, Angelo Ricardo; GOUVEA, Andréa Barbosa e TAVARES Tais Moura. Políticas Educacionais: Conceitos e Debates. Editora Appirus, 2016.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEPED/I
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 6
Data: 17/05/2023